



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – *CAMPUS IX*
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DJIANE VIANA DOS SANTOS LIMA

**A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO DE
SOBRAS E PERDAS NAS COOPERATIVAS**

BARREIRAS-BA

2025

DJIANE VIANA DOS SANTOS LIMA

**A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO DE
SOBRAS E PERDAS NAS COOPERATIVAS**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ramão Jorge Dorneles

BARREIRAS-BA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.
Dados fornecidos pelo próprio autor.

V614c

VianadosSantosLima, Djiane

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO DE SOBRAS E PERDAS NAS COOPERATIVAS / Djiane

VianadosSantosLima. Orientador(a): Ramão JorgeDornelles.
JorgeDornelles. Barreiras, 2025.

54 p : il.

TCC (Graduação - Ciências Contábeis). Universidade do Estado da Bahia. Barreiras. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1.Contabilidade. 2.Cooperativas. 3.Gestão. 4.Sobras. 5.Perdas. I.
JorgeDornelles,Ramão. II. Universidade do Estado da Bahia. Barreiras.
III. Título.

CDD: 309

TERMO DE APROVAÇÃO

DJIANE VIANA DOS SANTOS LIMA

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO DE SOBRES E PERDAS NAS COOPERATIVAS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, à Universidade do estado da Bahia- UNEB, pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br RAMAO JORGE DORNELLES
Data: 10/12/2025 16:46:44 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ramão Jorge Dornelles (orientador)
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Airton Pereira Pinto
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

LEANDRO DE CARVALHO DE BRITO:00786546530 Assinado de forma digital por LEANDRO DE CARVALHO DE BRITO:00786546530
Dados: 2025.12.10 17:44:49 -03'00'

Prof. Esp. Leandro de Carvalho de Brito
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Barreiras-BA, 04 de dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são primeiramente a Deus, por ter me sustentado até aqui, por ser o meu refúgio, fortaleza e proteção. Sem Deus nada sou, nada tenho e nada posso. Desse modo, o meu primeiro agradecimento é a Ele, o Senhor da vida.

Agradeço de modo especial também aos meus pais, pelo amor, pela criação, por me ensinarem a ser uma pessoa honesta, que valoriza tudo o que tem, ensinando-me os verdadeiros valores que um ser humano pode ter. Gratidão aos meus pais, por todo o sacrifício que já teve que ser feito para conseguir dar o melhor que poderiam nas condições que tinham, e por todo apoio que me deram ao longo da vida, e que não foi diferente na minha jornada acadêmica.

Agradeço também aos meus irmãos por sempre torcerem pelo meu sucesso e de modo especial à minha irmã Cleuvani, que tanto fez por mim nos primeiros períodos do curso.

Agradeço ao meu esposo Jussiel por todo o amor, carinho e cuidado, por estar comigo me apoiando e me incentivando nessa trajetória e em tantas outras.

Também agradeço aos meus colegas de curso que fizeram parte dessa minha jornada, com vocês esses anos foram mais leves, agradeço a amizade e companheirismo.

Não poderia deixar de agradecer também a toda a equipe de professores do Curso de Ciências Contábeis do Campus IX, por todos os ensinamentos compartilhados, pela paciência em nos ensinar e por acreditar no nosso potencial.

A todos, muito obrigada.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo apresentar a contribuição da contabilidade no apoio à gestão de sobras ou perdas quando aplicada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 10.8, que trata das Entidades Cooperativas. As cooperativas são entidades formadas por pessoas com objetivos em comum, sem finalidades lucrativas, que têm por missão promover benefícios aos seus associados. Por não possuírem fins lucrativos, as cooperativas apresentam, ao final de cada exercício, resultados de sobras ou perdas. Após a apuração, em caso de resultados positivos, as sobras terão destinações obrigatórias, como o Fundo de Reserva e o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). Após as deduções, as sobras restantes ficarão à disposição da AGO (Assembleia Geral Ordinária), para a votação nas possíveis destinações: a divisão entre os cooperados; a destinação para outros fundos; ou a incorporação ao Capital Social. Em caso de perdas, estas serão rateadas entre os associados conforme determinado em lei. Nesse contexto, a contabilidade exerce papel essencial na mensuração, controle e destinação desses resultados, garantindo a correta separação entre atos cooperativos e não cooperativos e a correta apuração do resultado do período. Conclui-se que a contabilidade, aplicada de forma adequada, é um instrumento indispensável à gestão eficiente, à transparência e à sustentabilidade das cooperativas.

Palavras-chave: Contabilidade. Cooperativas. Sobras. Perdas. Atos. Gestão

ABSTRACT

This work aimed to present the contribution of accounting in supporting the management of surpluses or losses when applied in accordance with the Brazilian Technical Accounting Standard (NBC T) 10.8, which deals with Cooperative Entities. Cooperatives are entities formed by people with common objectives, without profit-making purposes, whose mission is to promote benefits for their members. Because they are non-profit, cooperatives present, at the end of each fiscal year, surpluses or losses. After the calculation, in case of positive results, the surpluses will have mandatory allocations, such as the Reserve Fund and the FATES (Technical, Educational and Social Assistance Fund). After deductions, the remaining surpluses will be available to the AGO (Ordinary General Assembly) for voting on possible allocations: division among members; allocation to other funds; or incorporation into the Share Capital. In case of losses, these will be distributed among the members as determined by law. In this context, accounting plays an essential role in measuring, controlling, and allocating these results, ensuring the correct separation between cooperative and non-cooperative acts and the accurate determination of the period's result. It is concluded that accounting, when applied appropriately, is an indispensable instrument for the efficient management, transparency, and sustainability of cooperatives.

Keywords: Accounting. Cooperatives. Surpluses. Losses. Acts. Management.

LISTA DE FIGURA

Figura 01 - Novos ramos das cooperativas	25
Figura 02 - Balanço Patrimonial.....	36
Figura 03 - Demonstração de Sobras ou Perdas.....	38
Figura 04 – Demonstração de Sobras à Disposição da AGO	40

LISTA DE SIGLAS

AGO – Assembleia Geral Ordinária

BACEN – Banco Central do Brasil

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

DMPL – Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido

DVA – Demonstração de Valor Adicionado

FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

ITG – Interpretação Técnica Geral

MG – Minas Gerais

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade -Técnica

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

SP – São Paulo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE	14
2.1 CONTABILIDADE CONCEITOS E OBJETIVOS	16
2.2 CAMPOS DA CONTABILIDADE	17
2.2.1 Contabilidade Financeira	17
2.2.2 Contabilidade Internacional	17
2.2.3 Contabilidade Gerencial	18
2.2.4 Contabilidade de Custos	18
2.2.5 Contabilidade Pública	19
2.2.6 Contabilidade Fiscal	20
2.2.7 Contabilidade Rural	20
3 COOPERATIVISMO CONCEITOS E ORIGEM	21
3.1 TIPOS DE COOPERATIVAS	22
3.1.1 Ramo Agropecuário	24
3.1.2 Ramo de Infraestrutura	24
3.1.3 Ramo de Consumo	24
3.1.4 Ramo de Crédito	25
3.1.5 Ramo de Transporte	25
3.1.6 Ramo de Trabalho, Produção de Bens e Serviços	25
3.1.7 Ramo de Saúde	26
4 GESTÃO EMPRESARIAL CONCEITOS	27
4.1 O ADMINISTRADOR E O PROCESSO NA TOMADA DE DECISÃO	27
5 CONTABILIDADE EM COOPERATIVAS	29
5.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS COOPERATIVAS	29
5.1.1 Balanço patrimonial	30
5.1.2 Demonstração de sobras ou perdas	31
5.1.2.1 Atos cooperativos	32
5.1.2.2 Atos não cooperativos	33
5.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	33
5.1.4 Demonstração dos fluxos de caixa	34

5.1.5 Demonstração do valor adicionado	34
5.1.6 Demonstração do Resultado Abrangente	35
5.1.6 Notas Explicativas	35
6. DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL EM UMA COOPERATIVA	37
6.1 BALANÇO PATRIMONIAL	37
6.2 DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS	39
6.3 DESTINAÇÃO DAS SOBRAS	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo nas últimas décadas tem se consolidado como uma das mais relevantes formas de organização socioeconômica, pautada na colaboração de pessoas com interesses em comum. “O sistema cooperativo não objetiva a geração de lucros, mas sim o oferecimento de condições que proporcionem a sustentabilidade e a rentabilidade da atividade do produtor.” (Buttenbender, 2011). Essa característica faz do cooperativismo um movimento essencial no desenvolvimento sustentável, na inclusão social e no fortalecimento da economia local.

O cooperativismo vem apresentando um crescimento significativo no Brasil. De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2025, divulgado pelo Sistema OCB, o número de cooperados atingiu a marca histórica de 25,8 milhões em 2024, representando 12,14% da população nacional. Isso mostra um crescimento de 66% nos últimos cinco anos, evidenciando a confiança da população em um modelo de negócio que promove bem-estar para a sociedade. (OCB, 2025)

Como as cooperativas são entidades que não visam lucro, elas apresentam ao final de cada exercício, sobras ou perdas. As sobras e perdas representam um ponto crucial no desempenho econômico-financeiro das cooperativas, refletindo o resultado obtido em suas operações ao final de cada exercício. Enquanto as sobras apresentam o resultado positivo das relações, as perdas mostram o desequilíbrio entre receitas e despesas. A adequada mensuração, análise e gestão desses resultados são fundamentais para assegurar a sustentabilidade da cooperativa e o retorno justo aos seus associados, de forma proporcional à sua participação, e a contabilidade desempenha papel essencial nesse processo.

A contabilidade é uma ferramenta essencial para todos os tipos de entidades, e não é diferente no caso das cooperativas. “Pode-se facilmente verificar que um sistema simples de registro e análise contábil não falta, nem mesmo na mais rudimentar das organizações.” (Ludícibus, 2021, p.13). Essa ferramenta é indispensável para a transparência, o controle e a gestão eficiente do patrimônio das organizações. A correta aplicação dos princípios contábeis e a observância das normas específicas para as cooperativas contribuem para a tomada de decisão e para a sustentabilidade institucional.

Apesar da sua importância, durante muito tempo a contabilidade nas cooperativas não era aplicada de maneira adequada, visto que não existiam normas específicas para a correta escrituração e mensuração contábil. Desse modo, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 2001 a NBC T 10.8, norma que:

[...] estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as Entidades Cooperativas. (NBC, 2001)

Mesmo após a publicação dessa norma, ainda há desafios quanto à aplicação efetiva da contabilidade nas cooperativas.

Desse modo, questiona-se:

A contabilidade está sendo aplicada nas Entidades Cooperativas em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade para Entidades Cooperativas, assegurando a adequada mensuração dos atos cooperativos e não cooperativos, bem como a correta apuração e destinação das sobras e perdas?

A relevância deste estudo fundamenta-se na importância da contabilidade como instrumento de gestão, controle e transparência nas cooperativas, especialmente diante da necessidade de demonstrar a correta apuração e destinação das sobras e perdas, bem como a segregação entre atos cooperativos e não cooperativos.

Apesar dos avanços em relação à padronização, muitas cooperativas ainda enfrentam dificuldades na interpretação e aplicação das normas contábeis específicas, o que pode comprometer a confiança nas informações e, conseqüentemente, a tomada de decisão por parte dos gestores e associados.

Além disso, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 10.8/2001 e suas atualizações representam um marco importante para a transparência e a padronização de um modelo contábil para as cooperativas. Assim, faz-se necessário compreender como essa norma funciona na prática e a sua contribuição para o aperfeiçoamento da gestão contábil.

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é verificar a aplicação da contabilidade baseada na NBC T 10.8/2001 e suas atualizações, especialmente

quanto à correta mensuração dos atos cooperativos e não cooperativos e à gestão e destinação das sobras e perdas.

Para alcançar esse objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: avaliar a origem, conceitos, finalidade e áreas de atuação da contabilidade; apresentar a origem do cooperativismo, seus conceitos, objetivos e ramos; analisar a gestão empresarial e o processo de tomada de decisão; verificar a atuação da contabilidade em cooperativas; apresentar as demonstrações contábeis obrigatórias; apresentar as Normas Brasileiras de Contabilidade; demonstrar exemplos de demonstrações contábeis de uma cooperativa que aplica adequadamente a legislação; e, por fim, apresentar as considerações finais e contribuições do estudo desenvolvido.

Quanto à metodologia aplicada, baseou-se em pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos científicos, leis, monografias, normas, entre outros, abordando a contabilidade e o cooperativismo. O trabalho iniciou-se com um levantamento do referencial teórico e a análise de informações relevantes encontradas nos materiais.

Para Gil, p. 44, 2022,

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui ampla variedade de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a incluir materiais em outros formatos, como discos, fitas magnéticas, microfilmes, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Para atingir os objetivos propostos, foi adotado o método qualitativo, que permitiu a coleta de dados e a interpretação das informações obtidas através deles. Essa abordagem busca compreender o fenômeno pesquisado de forma profunda e interpretativa.

A pesquisa foi classificada também como descritiva, pois teve como objetivo observar, registrar e descrever as características e os aspectos do fenômeno estudado, sem interferir diretamente na realidade analisada.

Por meio da pesquisa bibliográfica descritiva foi possível compreender e analisar de forma teórica e interpretativa o papel da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão das sobras e perdas nas cooperativas.

Para a construção da pesquisa, primeiro foi feita a definição do tema e do problema de pesquisa, essenciais para delimitar o objeto de estudo. Em seguida, foram estabelecidos o objetivo geral e os objetivos específicos, que serviram como guia para o desenvolvimento do trabalho. Posteriormente, foi definida a metodologia adotada, classificando-a como pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e de abordagem qualitativa.

Após essa etapa, foi feito levantamento das fontes através da biblioteca virtual da Universidade, em livros, artigos científicos, legislações e outros materiais disponibilizados em sites como o CRC, IBGE, SEBRAE, por exemplo, pertinentes ao assunto. Procedeu-se a uma verificação para selecionar os conteúdos de mais relevância para a pesquisa.

A partir dessa seleção, avançou-se para a leitura analítica, etapa na qual foram interpretados as informações e conceitos apresentados pelos autores. Após a conclusão dessa fase, foram feitas a organização e estruturação do corpo do trabalho.

Quanto à estrutura, o trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta o referencial teórico trazendo os principais pontos sobre contabilidade, origem, conceitos e ramos; Já no segundo capítulo, é apresentado os conceitos sobre cooperativismo, origem e os ramos ; terceiro capítulo é abordado a gestão empresarial e o papel do administrador no processo de tomadas de decisões; quarto capítulo vai mostrar a relação da contabilidade nas cooperativas e os aspectos a lei que regulamenta a contabilidade para Entidades Cooperativas, e suas demonstrações essenciais; o quinto capítulo apresenta exemplos práticos de demonstrações contábeis de uma cooperativa que aplica a contabilidade de acordo com a norma; por fim, serão apresentadas as principais conclusões a respeito dos achados, as contribuições e recomendações para pesquisas futuras.

2 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência que acompanha a humanidade desde a antiguidade. Sua origem se dá desde as primeiras organizações, nas quais o homem desejava possuir o controle da produção agrícola e da propriedade (Crepaldi, 2007). Segundo Ribeiro, Lopes e Pederneiras (2009, p. 22), em 4000 a.C. já havia registros de cunhos contábeis no Antigo Egito, na Mesopotâmia e na Antiga Suméria, demonstrando que a contabilidade surgiu da necessidade de administrar os recursos disponíveis.

A contabilidade sempre esteve presente na vida do homem, mesmo que de forma pouco percebida; ela já existia desde o surgimento dos primeiros povos. Para Ludícibus (2021, p. 14): "A contabilidade é quase tão antiga quanto se possa imaginar, e, ainda, se quisermos ser pessimistas, pode ser tão antiga quanto o homem que conta e é capaz de simbolizar os objetos e seres do mundo por meio da escrita."

O homem sempre almejou formas de ampliar sua compreensão para o controle de bens. O aumento da riqueza particular dos indivíduos levou-os a buscar maneiras de proteger e monitorar os seus bens, que passaram a ser controlados e registrados. Com o tempo, o homem começou a adquirir e concentrar cada vez mais bens, formando, assim, o seu patrimônio. Diante disso, houve a necessidade de exercer um controle maior sobre esses bens (Alves, p.8, 2017)

Ainda de acordo com Alves (2017), há uma linha do tempo da história da civilização e do desenvolvimento do controle, que levaria ao surgimento da contabilidade:

- **A Idade Média**, espaço de tempo compreendido entre os anos de 476 e de 1453, é conhecida como a Era Cristã. Nesse período, no ano de 1202, Leonardo Fibonacci concluiu a obra *Liber abaci*, baseada na aritmética e na álgebra;
- **A Idade Moderna** compreende o período de 1453 até 1789. No ano de 1458, Benedetto Cotrugli apresentou a obra *Della mercatura et del mercante perfetto*, um marco na história da contabilidade. Em 1494, surgiu o escrito *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalità*, obra elaborada por Frei Luca Pacioli, que apresentou um capítulo abordando a contabilidade, mais precisamente as partidas dobradas, dando início à evolução da contabilidade;
- **A Idade Contemporânea** representa o período de 1789 até os dias atuais, quando outra obra proporcionou o avanço do conhecimento contábil, dando destaque à administração da riqueza, não somente ao seu controle. A obra, publicada em 1840, foi *La contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche*, escrita por Francesco Villa, que definiu a contabilidade de fato como útil e necessária ao capitalista, promovendo-a à condição de conhecimento científico.

Ao longo do tempo, a contabilidade evoluiu, incorporando novas funções e métodos, acompanhando o crescimento das atividades comerciais e industriais, ampliando as possibilidades de controle. Porém, mesmo havendo transformações no perfil dos usuários e nos tipos de informações por eles demandadas, não sofreu mudanças em sua principal finalidade: promover informações úteis através de demonstrações financeiras que auxiliem os usuários na tomada de decisão.

Segundo Crepaldi (2007),

A contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos neles ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e variação, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial”.

Ao se consolidar como um sistema de informação estratégica, a contabilidade passou a desempenhar papel fundamental na tomada de decisões. Araújo (2008) afirma que “é um dos principais sistemas de informações das empresas. Ele fornece várias informações e dados para as decisões dos sócios, proprietários e administradores”. A importância da contabilidade também se reflete no ambiente industrial, no qual a necessidade de controle dos estoques e da produção impulsionou o desenvolvimento da contabilidade geral (Crepaldi, 2004).

A contabilidade geral, também chamada de contabilidade financeira, é a base que sustenta os registros contábeis padronizados de qualquer tipo de empresa. Marion (2009) destaca que “a contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) ou particular (aplicada a certo ramo de atividade ou setor da economia)”. Complementando esse entendimento, Crepaldi (2019, p. 64) explica que “contabilidade financeira registra a história financeira da empresa e trata da criação de relatórios para usuários externos, como administração e fornecedores”, reforçando o papel da contabilidade geral como uma ferramenta essencial de comunicação entre a empresa e os diversos públicos interessados.

2.1 CONTABILIDADE CONCEITOS E OBJETIVOS

A contabilidade é a ciência que estuda e interpreta os atos e fatos ocorridos dentro de uma entidade, fornecendo informações úteis que irão auxiliar os gestores na tomada de decisão. Ludícibus (2009, p. 10) vai dizer quanto à contabilidade que “pode ser conceituada como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação”.

A definição apresentada pelo autor evidencia a abrangência da contabilidade como uma ferramenta de apoio à tomada de decisões, não se limitando apenas ao registro de informações financeiras, mas também incorporando aspectos físicos e sociais relevantes para o contexto econômico das organizações. Essa perspectiva reforça o papel da Contabilidade, ao fornecer dados que impulsionam as análises gerenciais, operacionais e institucionais.

De acordo com Ribeiro (2017), “o objetivo da Contabilidade é o estudo e o controle do patrimônio e de suas variações visando ao fornecimento de informações que sejam úteis para a tomada de decisões.”

Ainda para Ribeiro (2017, p. 4)

Dentre as informações destacam-se aquelas de natureza econômica e financeira. As de natureza econômica compreendem, principalmente, os fluxos de receitas e de despesas, que geram lucros ou prejuízos, e são responsáveis pelas variações no patrimônio líquido. As de natureza financeira abrangem principalmente os fluxos de caixa e do capital de giro.

Dessa forma, é possível observar que o principal objetivo da Contabilidade é fornecer dados que facilitem a tomada

de decisões, por meio do registro, organização e interpretação das informações que mostram a realidade econômica e financeira de uma entidade. Assim, ao gerir e interpretar essas informações, a Contabilidade cumpre seu objetivo fundamental apoiando os gestores no controle da entidade.

2.2 CAMPOS DA CONTABILIDADE

A contabilidade possui um vasto campo, com múltiplas possibilidades de atuação nos mais diversos setores da sociedade. Sua principal função é registrar, analisar e comunicar informações econômicas e financeiras, atendendo às necessidades das entidades.

Segundo Crepaldi (2019),

A Contabilidade é a ciência encarregada de estudar e controlar o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos ocorridos, com o fim de oferecer informação sobre sua composição e suas variações, bem como sobre o resultado econômico da gestão da riqueza patrimonial.

A Contabilidade assume um papel analítico e interpretativo, essencial para o acompanhamento da evolução patrimonial das entidades. Através das suas diversas especialidades, a contabilidade oferece apoio na avaliação do desempenho econômico, permitindo aos gestores, investidores e demais usuários da informação contábil tomarem decisões fundamentadas e eficazes.

2.2.1 Contabilidade Financeira

A Contabilidade Financeira é a área da contabilidade responsável por registrar e analisar os dados financeiros de uma empresa, como demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Além disso, a Contabilidade Financeira é encarregada de garantir que as práticas contábeis estejam em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

2.2.2 Contabilidade Internacional

A contabilidade internacional tem o objetivo de proporcionar um entendimento verdadeiro referente às operações realizadas em outros países.

Segundo Niyama (2021),

Contabilidade internacional: corresponde à aplicação dos conhecimentos contábeis de diferentes jurisdições. Quando uma entidade atua em mais de um país, a Contabilidade internacional é responsável por fazer a conversão das transações em moeda diferente, calcular os efeitos do resultado de uma filial estrangeira no patrimônio da matriz e outras operações.

Para empresas que possuem atividades em outros países, a Contabilidade Internacional é uma ferramenta essencial. Ela permite a padronização das demonstrações contábeis, tornando a compreensão dessas informações possível em qualquer lugar do mundo.

2.2.3 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial é direcionada ao fornecimento de informações financeiras e contábeis para a tomada de decisões de uma empresa. “A contabilidade gerencial envolve o desenvolvimento e a interpretação de informação contábil para fins específicos do gerenciamento das atividades operacionais e financeiras das empresas.” (Salotti, Lima e Murcia, p. 7, 2019).

Essa área da Contabilidade é um suporte para os gestores e executivos da empresa para uma gestão eficiente, produzindo análises e relatórios que irão contribuir para o desenvolvimento estratégico do negócio.

2.2.4 Contabilidade de Custos

Voltada para a administração dos gastos, a Contabilidade de Custo visa acompanhar as despesas e realizar estimativas. Esse campo da contabilidade auxilia o gestor a compreender os valores envolvidos na produção e oferta de seus produtos e serviços. Ela fornece dados sobre os gastos com matéria-prima, mão de obra, depreciação, água, entre outros, sendo essencial para a formação correta de preços e para a gestão e controle da saúde do empreendimento.

Para Martins (2018),

A Contabilidade de Custos tem três funções relevantes: o auxílio ao planejamento, ao controle e a ajuda às tomadas de decisões. No que diz respeito ao planejamento e controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, acompanhar o efetivamente acontecido para comparação com os valores anteriormente definidos.

Essa área da contabilidade possui classificações que facilitam a compreensão dos gastos envolvidos na produção de um produto ou na realização de um serviço. Esses custos são classificados como: custos diretos, ligados diretamente à produção; custos indiretos, não tão evidentes como os custos diretos, mas estão ligados indiretamente à produção, como energia, aluguéis, entre outros; custos variáveis, que se alteram de acordo com a quantidade produzida; e os custos fixos, que permanecem inalterados independentemente do quanto foi produzido.

2.2.5 Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública é voltada para o registro, controle e demonstração da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do setor público. De acordo com Piscitelli (2019),

Seu campo de atuação é, assim, o das pessoas jurídicas de Direito Público interno – União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias –, bem como o de algumas de suas entidades vinculadas – fundações públicas e empresas públicas –, estas pelo menos quando utilizam recursos à conta do orçamento público. Trata-se, pois, das aziendas ou entidades públicas (não apenas de Direito Público), integrantes da estrutura da Administração e sujeitas a seu controle; outras entidades com estas características, entretanto, em que se destacam as sociedades de economia mista e outras constituídas segundo as normas do Direito Privado, praticam normalmente a Contabilidade Empresarial, também chamada de Societária, a que se aplicam os critérios e as normas próprias do setor privado.

A Contabilidade Pública fixa as despesas e provisiona a execução das receitas estimadas pelo Orçamento Público. Essa área da contabilidade está interessada nas ações do administrador em reação ao orçamento público e na arrecadação de receitas, promovendo a transparência na gestão dos recursos públicos.

2.2.6 Contabilidade Fiscal

Responsável pelas obrigações e pela gestão fiscal das empresas, a Contabilidade Fiscal orienta quanto ao cumprimento das exigências da legislação tributária, evitando problemas com o fisco. Para isso, é essencial que o contador esteja

sempre atualizado sobre a legislação societária e tributária e mantenha sempre organizados os registros da organização.

A Contabilidade Tributária faz o registro das operações financeiras, apuração de impostos, elaboração das declarações fiscais, entre outros.

2.2.7 Contabilidade Rural

Gomes (2002) conceitua a contabilidade rural como “instrumento fundamental para o controle financeiro e econômico da propriedade rural; pode-se também afirmar que a utilização da contabilidade contribui, sob vários aspectos, com o ambiente onde a entidade esteja inserida”.

Para Crepaldi (2019), “contabilidade é a radiografia de uma empresa rural. Ela traduz, em valores monetários, o desempenho do negócio e denuncia o grau de eficiência de sua administração”. O autor também afirma que é de responsabilidade do proprietário rural acompanhar de perto o trabalho contábil, pois é através dos dados de balanços e registros que se encontram os diagnósticos essenciais para o desenvolvimento do empreendimento (Crepaldi, 2019).

A Contabilidade Rural é uma área da contabilidade que permite gerenciar o financeiro e o patrimonial das atividades agropecuárias, incluindo agricultura, pecuária e agroindústria.

Segundo Marion (2016), a contabilidade rural é fundamental para a gestão eficaz da atividade agrícola e pecuária, pois permite que o produtor conheça com precisão o custo de produção, margem de lucro e rentabilidade das atividades desenvolvidas.

3 COOPERATIVISMO CONCEITOS E ORIGEM

A Sociedade Cooperativa é um grupo formado por pessoas que possuem objetivos em comum que se unem e cooperam entre si para o bem de todos. O cooperativismo não almeja a geração de lucros, mas sim oferecer condições que proporcionem a sustentabilidade e a rentabilidade para os cooperados, propiciando uma série de vantagens tanto para os associados quanto para a sociedade onde está inserida.

A cooperação “é a união de esforços entre pessoas que buscam, em uma ação coletiva, a realização de ações e resultados dificilmente alcançáveis individualmente” (Cardoso e Carneiro, 2009, p. 8).

O cooperativismo teve início na Inglaterra em 1844. Após a Revolução Industrial, muitas pessoas encontraram dificuldade em receber salários justos e em comprar itens essenciais. Desse modo, um grupo de 28 trabalhadores em Rochdale montou um armazém, onde conseguiam comprar os produtos por preços acessíveis. Surgiu assim a primeira cooperativa. (HOLYOAKE, 1933).

No mesmo período, surgiu na França o movimento das cooperativas de produção. Não teve o mesmo sucesso que a ação dos ingleses, mas teve a sua importância para a consolidação do cooperativismo. (Polonio, 2004).

Inspirada pelo cooperativismo europeu, surge no Brasil no século XIX a primeira cooperativa. Segundo o SEBRAE (2022), o cooperativismo no Brasil se iniciou efetivamente em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (MG), para o consumo de produtos agrícolas. Logo mais, surgiram outras cooperativas nem só em Minas Gerais, mas também em outros estados. Posteriormente, em 1906, nasceram as Cooperativas agropecuárias, formadas por trabalhadores rurais locais e imigrantes, sendo estas um dos ramos que mais se desenvolveram no país.

A cooperativa é uma sociedade sem fins lucrativos, o que a diferencia de empresas comerciais que possuem finalidades de lucro. É uma sociedade que tem o objetivo de atender às necessidades comuns de seus associados, através da união e da colaboração. Segundo a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, capítulo II, Art. 4º, que define a Política Nacional do Cooperativismo, “as cooperativas são sociedades

de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (Brasil, 1971).

Ainda de acordo com a lei, as cooperativas se diferenciam das demais sociedades pela adesão voluntária, em que os cooperados têm liberdade de se ingressarem em uma cooperativa, desde que tenham interesses em comum com aquela organização, ou de sair sem nenhum risco ou coação.

Outra característica conforme cita a lei, é a variabilidade do capital social, que é alterado de acordo com o ingresso de novos cooperados. Os novos ingressantes terão direito a um número limitado de quotas, para que não haja concentração de poder. Cada associado tem direito a apenas um voto, independentemente do número de quotas que possua, garantindo igualdade nas decisões.

Ainda conforme a Lei nº 5.764/1971, os resultados operacionais positivos nas cooperativas advindos de relações com cooperados são chamados de sobras. As sobras do exercício são distribuídas entre os associados de forma proporcional à sua participação nas operações da cooperativa.

Já os resultados positivos de operações com não cooperados são chamados de lucros. Esses lucros devem ser destinados ao Fundo de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Os fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social não podem ser divididos entre os associados, sendo usados apenas para o fortalecimento da cooperativa.

As cooperativas, ao se unirem, fortalecem o sistema cooperativista, ampliando sua capacidade de atuação e os serviços prestados aos associados. Além de promover o desenvolvimento econômico, elas exercem uma função social relevante ao contribuir para o crescimento das comunidades e atuar como agentes de transformação social.

3.1 TIPOS DE COOPERATIVAS

Desde o surgimento do cooperativismo no Brasil com a primeira Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos fundada em 1889 em Ouro Preto – MG, o movimento vem passando por transformações, visando acompanhar as mudanças do país. Entre os anos de 1993 e 2019, o cooperativismo foi dividido em treze ramos de atuação, de acordo com a natureza específica de cada segmento.

A divisão ficou da seguinte forma: agropecuário, consumo, habitacional, crédito, educacional, infraestrutura, mineração, produção, saúde, social, trabalho, transporte, turismo e lazer.

No entanto, em 2020, a OCB reformulou essa classificação através da Resolução nº. 56/2019, reduzindo a sete ramos principais. A primeira reunião para dispor da nova formulação contou com a participação do superintendente Pedro D'Albuquerque; a gerente de Desenvolvimento de Cooperativas, Ana Margarida Formiga; os assessores jurídicos da OCB, Fabiana Bitencourt e João Bezerra Neto; a agente administrativa da OCB/PB, Aretha Nascimento; o advogado do Sescop/PB, William Bezerra; e a analista de Cooperativismo e Monitoramento do Sescop/PB, Érika Leitão. (OCB, 2019).

A nova estrutura passou, então, a reunir as cooperativas em sete grandes ramos, sendo eles: Agropecuário; Infraestrutura; Consumo; Crédito; Transporte; Trabalho, Produção de Bens e Serviços; e Saúde.

A reorganização dos ramos foi feita com o objetivo de fortalecer os ramos e a representação do cooperativismo brasileiro. A nova organização não causa alterações nas cooperativas ou para os cooperados, sendo apenas uma maneira de melhorar o planejamento do Sistema OCB e de se adaptar mais rápido às novas mudanças do mercado.

A figura 1 mostra como ficou a nova classificação dos ramos cooperativos.

Figura 01 - Novos ramos cooperativos

RAMOS	 AGROPECUÁRIO	 CONSUMO	 CRÉDITO	 INFRAESTRUTURA	 TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	 SAÚDE	 TRANSPORTE
NOVIDADES	Composto por: AGROPECUÁRIO + Cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural	Composto por: CONSUMO + TURISMO E LAZER (consumidores) + EDUCACIONAL (pais)	Sem alterações	Composto por: INFRAESTRUTURA + HABITACIONAL	Composto por: TRABALHO + PRODUÇÃO + MINERAL + TURISMO E LAZER (profissionais) + ESPECIAL + EDUCACIONAL (professores)	Composto por: MÉDICOS + ODONTÓLOGOS + DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Composto por: TRANSPORTE DE CARGAS + TRANSPORTE DE PASSAGEIROS + TRANSPORTE TURÍSTICO

Fonte (OCB, 2020)

3.1.1 Ramo Agropecuário

Nesse ramo cooperativo estão inseridas as atividades agropecuárias, extrativistas, agroindustriais, aquícolas e pesqueiras. É um dos principais ramos no Brasil, sendo responsável por cerca de 48% da produção agropecuária nacional (IBGE, 2017). As cooperativas agropecuárias atuam na produção, processamento, até a comercialização dos produtos, contribuindo para o crescimento e da cooperativa e gerando benefícios aos seus associados.

3.1.2. Ramo de Infraestrutura

Fazem parte desse ramo as cooperativas prestadoras de serviços de infraestrutura a seus cooperados, como geração de energia elétrica, saneamento básico, construção habitacional, entre outros. A inclusão das cooperativas habitacionais nesse ramo foi uma das principais mudanças da nova estrutura, beneficiando seus associados com melhores condições na aquisição de moradia.

Assim como os demais segmentos, o ramo de infraestrutura é de suma importância, pois leva melhores condições para os associados, que muitas vezes não são beneficiados pelo governo.

3.1.3. Ramo de Consumo

O ramo de consumo é formado por cooperativas que possuem associados com interesses em produtos em comum. A cooperativa está dedicada a realizar compras coletivas de bens e serviços, possibilitando melhores preços e maior qualidade aos associados. Esse tipo de cooperativa foi o primeiro modelo cooperativo moderno, originado em 1844, na Inglaterra, com trabalhadores em Rochdale.

3.1.4. Ramo de Crédito

Formada por uma associação de pessoas com interesses em comum, a cooperativa de crédito tem como finalidade a prestação de serviço aos seus cooperados, que são também donos dos negócios. Esses cooperados têm atuação de gestores e se beneficiam dos produtos e serviços da cooperativa. (BACEN, 2025).

O primeiro registro desse tipo de cooperativa no Brasil remonta a 1902, no Rio Grande do Sul, com a fundação da Sicredi Pioneira, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstad. (Pinheiro, 2005)

Atualmente, esse ramo do cooperativismo é um dos mais sólidos e organizados do país, promovendo educação financeira e desenvolvimento local.

3.1.5 Ramo de Transporte

O ramo de transporte conta com cooperativas formadas por profissionais autônomos do transporte, como motoristas de táxi, vans, caminhoneiros e transporte escolar. Essas cooperativas promovem autonomia profissional, redução de custos e formalização da atividade. “Na cooperativa, os profissionais cooperam entre si por melhores condições de trabalho na área de transporte e é necessário ser dono ou ter permissão para o uso do veículo” (OCB, 2022)

3.1.6 Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços

Nesse segmento reúnem cooperativas que atuam na prestação de serviços especializados ou produção de bens. Foram agrupados os ramos de Produção, Mineração e parte do Turismo e Lazer, unificando cooperativas voltadas à geração de renda, à economia solidária e à inclusão social.

De acordo com o Art. 2º da Lei nº 12.690 de 2012,

considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho

As cooperativas de trabalho nascem da união de trabalhadores autônomos como professores, costureiras, artesãos, catadores de materiais recicláveis, entre outras, que estão em busca de melhores condições socioeconômicas, de renda, trabalho, e outros benefícios.

3.1.7 Ramo de Saúde

O Brasil é considerado o fundador do cooperativismo no ramo da saúde, através da União dos Médicos - Unimed, criada na década de 1960, em Santos (SP).

Esse ramo cooperativo foi criado com a missão de promover e cuidar da saúde, atuando em diferentes áreas médicas, odontológicas, psicológicas e de usuários dos serviços de saúde. Além das cooperativas de médicos, esse ramo engloba as demais profissões de atenção à saúde humana e, também, as cooperativas de pessoas que se reúnem para constituir um plano de saúde. (OCB, 2019)

Essas cooperativas têm papel essencial na promoção da saúde e no apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS), através de parcerias públicas e privadas.

4. GESTÃO EMPRESARIAL CONCEITOS

A gestão empresarial compreende o conjunto de práticas, processos e estratégias utilizados pelas organizações com o objetivo de alcançar eficiência, competitividade e sustentabilidade em seus respectivos mercados.

Segundo Maximiano (2012), “gestão é o processo de tomar decisões sobre objetivos e sobre o uso de recursos, utilizando o trabalho de outras pessoas” (p. 34). Essa definição destaca a responsabilidade do gestor em planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos organizacionais, humanos e materiais, de modo a maximizar os resultados da empresa.

No cenário atual, caracterizado por rápidas mudanças tecnológicas e alta competitividade, a gestão eficaz tornou-se um fator determinante para o sucesso das organizações.

A busca por uma gestão eficiente não se limita às grandes corporações; micro e pequenas empresas também se beneficiam da aplicação de práticas gerenciais sólidas, que promovem a inovação, o crescimento sustentável e a perenidade dos negócios.

4.1 O ADMINISTRADOR E O PROCESSO NA TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão representa uma das etapas mais relevantes no processo de gestão dentro de uma organização. É nesse momento que o administrador, com base no planejamento estratégico e nos objetivos previamente definidos, avalia possibilidades e implementa ações com vistas a alcançar os resultados desejados. Trata-se, portanto, de uma atividade que exige análise criteriosa das variáveis envolvidas, alinhando expectativas e metas à realidade organizacional.

Para Yu (2011),

Decidir é um dos atos humanos que realizamos tantas vezes ao dia, muitas vezes sem nos darmos conta de que estamos decidindo – desde decisões simples e com consequências triviais até casos que, pela complexidade e grande responsabilidade, traduzem momentos marcantes na vida e interferem no sono e na qualidade de vida

De acordo com a opinião do autor, embora a decisão seja um comportamento cotidiano, no contexto empresarial ela adquire um caráter técnico e estratégico, dada a relevância de seus impactos para o desempenho da organização.

Ainda conforme o autor, mesmo quando a decisão parte de um único indivíduo, ela pode ser influenciada por outros sujeitos que colaboram por meio da oferta de dados, informações e opiniões, participando ativamente do processo decisório. Isso demonstra que, no ambiente corporativo, a decisão não ocorre de forma isolada, mas sim em um cenário interativo que envolve análise de dados, compartilhamento de responsabilidades e uso de sistemas de informação como ferramentas de apoio à gestão.

O processo decisório não apenas exige conhecimento técnico e capacidade analítica do administrador, mas também demanda habilidades de comunicação, liderança e interpretação de cenários, uma vez que as decisões tomadas repercutem diretamente no alcance dos objetivos organizacionais e na sustentabilidade do negócio a longo prazo.

5. CONTABILIDADE EM COOPERATIVAS

A Lei nº 5.764/71 que rege a Política Nacional de Cooperativismo não trata de forma específica da contabilidade em cooperativas. No entanto, no Art. 22 inciso VI do Capítulo V, onde dispõe sobre os livros, vai dizer que é de caráter obrigatório a cooperativa possuir os livros fiscais e contábeis. (BRASIL, 1971)

Por falta de uma regulação própria, as cooperativas brasileiras dispensaram por muito tempo a contabilidade, deixando de fazer, por exemplo, a correta classificação dos atos cooperativos e dos não cooperativos, fundamentais para a conformidade tributária e a transparência das informações.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução 920, aprovou em 2001 as Normas Técnicas que vai tratar dos aspectos contábeis específicos de sociedade cooperativas, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 10.8

Com a criação dessa norma, tornou-se possível contabilizar as informações da cooperativa de maneira adequada e padronizar a contabilidade para o modelo de negócio. Além disso, com a escrituração e contabilização corretas, proporciona uma gestão transparente e eficaz.

5.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS COOPERATIVAS

As demonstrações contábeis ou demonstrações financeiras são um conjunto organizado de informações que mostram a situação patrimonial, financeira e o desempenho econômico de uma entidade. Seu propósito principal é fornecer dados relevantes sobre esses aspectos, incluindo os fluxos de caixa, de forma a atender às necessidades de diversos usuários no processo de análise e de tomada de decisões econômicas.

As demonstrações contábeis possuem a função de demonstrar os resultados obtidos pela gestão, refletindo a forma como a administração utilizou os recursos que lhe foram confiados e assumindo responsabilidade sobre a condução das atividades organizacionais.

De acordo com o item 09 do CPC 26 (R5) (2017),

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Existem demonstrações financeiras que são essenciais para mostrar o desempenho financeiro de uma entidade. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26, R5, as sociedades cooperativas devem apresentar no final de cada exercício as seguintes demonstrações: balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa do período; demonstração do valor adicionado; e notas explicativas.

Essas nomenclaturas são adaptadas para cooperativas, como a Demonstração de Resultado, por exemplo, que será Demonstração de Sobras ou perdas. A cooperativa pode ainda apresentar outras demonstrações que julgue necessárias ou oportunas, que possam servir para melhor compreensão da situação patrimonial da entidade.

5.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um relatório que apresenta todos os ativos e passivos da empresa, apresentando a saúde financeira daquele empreendimento. Para Ribeiro (2020, p. 27), “O Balanço Patrimonial, portanto, revela a real situação patrimonial, econômica e financeira da Entidade em determinado momento”.

De acordo com Iudícibus (2017), o Balanço Patrimonial é formado pelo passivo e pelo patrimônio líquido ao lado direito, sendo representado pelas obrigações com terceiros, como fornecedores, por exemplo, e pelos proprietários do capital. Do lado esquerdo está o ativo, composto pelos investimentos e pelas aplicações.

Esse relatório tem o objetivo de mostrar o patrimônio e o patrimônio líquido da entidade de forma quantitativa e qualitativa, sendo possível obter diversas

informações da empresa, como o porte empresarial, a parte dos bens que pertence aos sócios, a origem do patrimônio do empreendimento, entre outras informações.

Conforme item 10.8.3.1 da NBC (2001), o Balanço Patrimonial das Entidades Cooperativas deve mostrar os componentes patrimoniais, de forma que seja possível aos seus usuários a adequada interpretação das suas posições patrimonial e financeira, quando comparadas com o exercício anterior.

5.1.2 Demonstração de Sobras ou Perdas

Nas Sociedades Cooperativas, no final de cada exercício social é apurado o resultado das atividades realizadas no período. Serão contabilizados atos cooperativos e não cooperativos, resultando em sobras ou perdas para a cooperativa. “O resultado positivo da cooperativa é conhecido como sobra e é repartido entre os cooperados em proporção com as operações que cada associado realiza com a cooperativa.” (BACEN, 2025).

No item 5 da ITG 2004 define ato cooperativo como:

Movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos (receitas por conta de cooperados) e dispêndios (custos e despesas por conta de cooperados) e aquela originada de ato não cooperativo corresponde a receitas, custos e despesas. (CFC, 2017)

Os atos cooperativos evidenciados na Demonstração de Sobras ou Perdas separados dos atos não cooperativos, para que seja feita a apuração de IR e CSLL sobre os atos não cooperados. Feita a apuração dos tributos, obtêm-se as sobras ou perdas do exercício antes das destinações.

Quando as relações com não cooperados resultam em saldo positivo, este é integralmente destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Mas, caso apresente prejuízo, é absorvido pela reserva legal.

O resultado líquido decorrente do ato não-cooperativo, quando positivo, deve ser destinado para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à Reserva Legal e, se insuficiente sua cobertura, será rateado entre os associados. (NBC, 2001).

Quanto aos atos cooperativos, estes são distribuídos conforme as destinações estatutárias obrigatórias, abrangendo os juros ao capital próprio, FATES, reserva legal estatutária e demais reservas específicas. Após essas destinações, o saldo restante é distribuído entre os associados de acordo com suas participações junto à cooperativa, sendo apresentado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) como sobras ou perdas à disposição dos cooperados.

De acordo com o Art. 28 da Lei nº 5.764/71, as cooperativas devem constituir o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, pelo menos 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício.

Para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, deve ser destinado pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício.

As cooperativas podem ainda definir em Assembleia Geral a constituição de outros fundos específicos de acordo com a necessidade da cooperativa. (Brasil, 1971)

5.1.2.1 Atos Cooperativos

De acordo com o Art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, “Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”.

Para Polônio 2004,

De fato, as operações realizadas pela sociedade cooperativa com seus associados não se tratam de operações mercantis, mas tão-somente de transferências de mercadorias e recursos entre eles – cooperativa e associados – com o objetivo de fomentar as atividades daquela em benefício destes, ou transferir o resultado de suas atividades para os associados, sempre buscando seus interesses. (Polônio, 2004, p.100).

Os Atos Cooperativos não sofrem incidência de tributação como Contribuição Social (CSLL) e Imposto de Renda (IR), pelo fato de não se caracterizarem como operação de mercado. A entidade cooperativa não visa lucro, mas sim gerar benefícios para os seus associados.

5.1.2.2 Atos não cooperativos

A Lei nº 5.764/1971 traz em seus artigos 85 e 86 que o ato não cooperativo são as relações que a cooperativa possui com não associados. A lei deixa claro que essas relações podem existir desde que atendam aos objetivos sociais e estejam em conformidade com a legislação.

O Art. 87 dispõe sobre os resultados dessas relações, que serão destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e serão contabilizados em separado, acarretando a incidência de tributos. (Brasil, 1971).

5.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é uma demonstração que mostra as alterações ocorridas no patrimônio líquido da empresa ao longo de um determinado período. Esse relatório complementa as demais demonstrações contábeis, pois apresenta informações relevantes sobre a evolução do capital próprio, muitas vezes não evidenciadas de forma detalhada em outros demonstrativos.

Em seu livro *Análises de Balanços Iudícibus* (2017, p, 42), vai dizer:

O Patrimônio Líquido sofre mutação (modificação) em decorrência de novos investimentos de seus sócios e investidores e principalmente dos resultados decorrentes da apuração de seu desempenho, que se espera seja lucro, mas o prejuízo, mesmo não desejado, pode ocorrer.

Os ajustes decorrentes de avaliação patrimonial, a valor justo de elementos do Ativo e do Passivo, também são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

De acordo com Santos e Veiga (2017), esse demonstrativo possibilita a identificação dos acontecimentos entre todas as contas que envolvem o patrimônio líquido. Essa evidenciação dos fatos ocorridos permite verificar os acréscimos e decréscimos após a modificação, auxiliando nos cálculos dos tributos obrigatórios. (Santos e Veiga, 2014, p. 80).

5.1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações do fluxo de caixa desempenham um papel essencial na análise da saúde financeira de uma entidade, permitindo avaliar sua capacidade de gerar caixa no futuro, honrar compromissos, entre outros.

De acordo com Campos Filho (1999, p. 25) a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é composta por quatro grupos, que são:

- Disponibilidades
- Atividades Operacionais
- Atividades de Investimentos
- Atividades de Financiamentos

Essa estrutura, além de ser de fácil entendimento, serve para qualquer tipo de empresa: pequena, média ou grande; indústria, comércio, prestação de serviços e até instituições financeiras.

As demonstrações de fluxo de caixa passaram a ser obrigatórias no Brasil no ano de 2008, sendo consideradas uma ferramenta essencial para gerir as informações e a performance financeira. (Marion, 2020, p.211).

5.1.5 Demonstração do Valor Adicionado

“A demonstração do valor adicionado (DVA) tem como objetivo evidenciar a geração do valor econômico agregado pelos produtos e serviços oferecidos pela empresa e sua distribuição”. (Padoveze, Benedicto, p.65, 2013)

Ainda de acordo com os autores Padoveze e Benedicto a respeito das partes da Demonstração do Valor Adicionado:

Portanto, a demonstração do valor adicionado compõe-se basicamente de duas partes:

- a) evidenciar o valor adicionado gerado;
- b) evidenciar o valor adicionado distribuído.

A Demonstração do Valor Adicionado é um demonstrativo importante para avaliar a competitividade entre empresas.

5.1.6 Demonstração do Resultado Abrangente

De acordo com a NBCT 26 R5 (2017), a Demonstração de Resultado Abrangente é a representação das modificações que ocorrem no patrimônio líquido durante um período, sendo resultado de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios/proprietários.

No item 81A da referida norma cita que a demonstração deverá apresentar os seguintes elementos:

- (a) o total do resultado (do período);
- (b) total de outros resultados abrangentes;
- (c) resultado abrangente do período, sendo o total do resultado e de outros resultados abrangentes.

Esse Demonstrativo permite uma visão mais completa do período, mostrando não só os resultados das operações, mas todos os fatos que causam modificações no Patrimônio Líquido.

5.1.7 Notas Explicativas

As Notas Explicativas são demonstrações contábeis que mostram fatos que não foram apresentados em outros demonstrativos.

Conforme a Lei nº 6.404/1976, art. 176, parágrafo 5º

As notas explicativas devem

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

IV – indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);

- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1o); e
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

As Notas Explicativas são uma complementação que irá detalhar com transparência certas informações do patrimônio da entidade, evitando assim negligência.

Abaixo, é apresentado um quadro-síntese representando as demonstrações contábeis citadas e suas principais características.

Quadro 01: Demonstrações Contábeis e suas características

Demonstração	Característica
Balanço Patrimonial	O Balanço Patrimonial é composto, no lado esquerdo, pelo Ativo, que reúne os bens, direitos e aplicações, e, no lado direito, pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido, constituído pelas obrigações e recursos próprios.
Demonstração das Sobras ou Perdas	A demonstração de sobras ou perdas apresenta os resultados envolvendo os seus associados em operações dentro do objetivo da cooperativa, sendo denominados Atos Cooperativos; e as movimentações com terceiros, ou fora do objetivo da cooperativa, denominadas Atos Não cooperativos.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é uma demonstração que mostra as alterações ocorridas no patrimônio líquido da empresa ao longo de um determinado período.
Demonstração dos Fluxos de Caixa	A Demonstração dos Fluxos de Caixa registra as entradas e saídas de dinheiro e equivalentes de caixa de um período.
Demonstração do Valor Adicionado	A DVA mostra a riqueza gerada pela empresa em um determinado período e como essa riqueza é distribuída.
Demonstração do Resultado Abrangente	A Demonstração do Resultado Abrangente mostra as alterações ocorridas no patrimônio líquido de uma empresa dentro de um período determinado.
Notas Explicativas	As Notas Explicativas são demonstrações que apresentam de forma detalhada fatos que não foram apresentados em outros demonstrativos.

Fonte: Elaborado pelo autor

6. DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL EM UMA COOPERATIVA

A cooperativa do exemplo a seguir evidencia suas demonstrações contábeis de acordo com o que é estabelecido em lei, apresentando Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

6.1 BALANÇO PATRIMONIAL

A cooperativa de exemplo apresentou no final do exercício de 2024 as respectivas demonstrações contábeis obrigatórias. Em seu balanço patrimonial foram demonstrados seus ativos e passivos, bem como o Patrimônio Líquido.

Figura 02: Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Milhares de Reais)

ATIVO			
	Nota Explic.	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.1	614.387	729.293
Valores a Receber de Associados	5.2	723.735	1.214.960
Créditos Financ. Intercooperação	5.2	36.925	27.461
Valores a Receber de Terceiros	5.3	441.259	342.201
Estoques	5.4	529.814	577.503
Créditos Tributários a Recuperar	5.5	56.637	11.938
Gastos do Exercício Seguinte	5.6	20.826	18.416
Outros Créditos	5.7	12.535	23.972
Total do Ativo Circulante		2.436.118	2.945.744
NÃO CIRCULANTE			
Valores a Receber de Associados	5.2	185.696	74.823
Créditos Financ. Intercooperação	5.2	136.370	123.777
Valores a Receber de Terceiros	5.3	-	9.640
Bens Imóveis Destinados a Venda		13.600	13.598
Depósitos Judiciais		630	567
Créditos Tributários a Recuperar	5.5	10.525	45.990
Impostos Diferidos	5.5	15.150	-
Outros Créditos	5.7	1.540	1.629
Investimentos	5.8	614.277	555.595
Imobilizado	5.9	1.455.160	1.233.011
Intangível	5.10	49.933	51.226
Total do Ativo Não Circulante		2.482.882	2.109.856
TOTAL DO ATIVO		4.919.000	5.055.600

Continua

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explic.	2024	2023
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	5.11	356.136	500.526
Fornecedores		164.011	193.363
Obrigações com Associados	5.12	536.921	1.104.250
Obrigações Intercooperação	5.12	13.226	9.185
Obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias	5.13	41.452	35.867
Adiantamentos de Clientes		43.396	74.302
Obrigações Provisonadas	5.14	17.854	17.365
Outras Obrigações	5.15	80.009	163.714
Total do Passivo Circulante		1.253.005	2.098.572
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	5.11	617.986	367.092
Fornecedores		-	411
Obrigações com Associados	5.12	146.774	128.813
Obrigações Financ. Intercooperação	5.12	230.029	211.722
Obrigações Provisonadas	5.14	206.449	164.719
Outras Obrigações	5.15	1.426	-
Total do Passivo Não Circulante		1.202.663	872.757
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social Integralizado	6.1	775.746	656.576
Reserva Legal	6.2	179.142	172.626
Fundo p/Assist. Técnica Educ. e Social	6.3	161.021	149.180
Fundo para Expansão e Investimento	6.4	1.027.253	881.797
Total das Reservas de Sobras		1.367.417	1.203.603
Sobras à Disposição da AGO	6.5	320.169	224.092
Total do Patrimônio Líquido		2.463.332	2.084.271
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.919.000	5.055.600

Fonte: Frísia, 2024

O Balanço Patrimonial apresenta no total do seu Ativo Circulante em 2024 o valor de R\$ 2.436.118,00 e de Ativo Não Circulante R\$ 2.482.882,00. O total dos ativos da cooperativa em 2024 foi de R\$ 4.919.000,00.

Em seu Passivo Circulante em 2024 R\$ 1.253.005,00 e no Passivo Não Circulante R\$ 1.202.663,00. O Patrimônio Líquido em 2024 somava R\$ 2.463.332,00, totalizando o passivo e o Patrimônio Líquido em R\$ 4.919.000,00 no exercício de 2024.

6.2 SOBRAS OU PERDAS

Na cooperativa de exemplo a Demonstração de Sobras ou Perdas apresentou as entradas e saídas de acordo com cada tipo de operação, se em ato cooperativo ou não cooperativo, conforme legislação que regula a política do cooperativismo, a Lei nº 5764/1971.

Figura 03: Demonstração das Sobras ou Perdas

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em Milhares de Reais)

DSP/DRE	Nota Explic.	2024			2023
		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Total
INGRESSO E RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	5.16	5.229.158	362.148	5.591.306	6.265.960
DISPÊNDIO/CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS	5.17	(4.707.758)	(323.803)	(5.031.561)	(5.698.295)
SOBRA/LUCRO BRUTO		521.400	38.345	559.745	567.665
DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Dispêndios e Despesas com Vendas	5.18	(170.069)	(17.982)	(188.051)	(129.200)
Dispêndios e Despesas Administrativas e Gerais	5.18	(99.296)	(29.878)	(129.174)	(284.131)
Outros Ingressos e Receitas		17.910	31.814	49.724	76.963
Outros Dispêndios e Despesas	5.19	(2.813)	(3.580)	(6.393)	(22.153)
Total Ingressos/Receitas (Dispêndios e Despesas Operacionais)		(254.267)	(19.627)	(273.894)	(358.520)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO					
Ingressos Financeiros/Receitas Financeiras	5.20	204.596	12.084	216.680	193.392
Dispêndios/Despesas Financeiras	5.20	(121.782)	(61.044)	(182.826)	(167.035)
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS					
Ganhos em participações societárias		20.071	639	20.710	14.514
Perdas em participações societárias		-	(2.501)	(2.501)	(6.168)
SOBRA / LUCRO ANTES DA PROVISÃO DE IMPOSTOS		370.017	(32.103)	337.914	243.848
Imposto de renda/contribuição social corrente	5.21	-	(14.198)	(14.198)	(14.402)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	5.22	-	15.150	15.150	-
SOBRA / LUCRO LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO		370.017	(31.151)	338.866	229.446

Fonte: Frisia, 2024

O ingresso e receitas líquidas de vendas e serviços na cooperativa em exemplo foram de R\$ 5.229.158 advindos de atos cooperativos e R\$ 362.148,00, totalizando

R\$ 5.591.306,00 de atos não cooperativos. Dispêndios/custos das vendas e serviços foram de R\$ 4.707.758,00 de atos cooperativos e R\$ 323.803,00 de atos não cooperativos, totalizando as despesas em R\$ 5.031.561,00. Abatendo os dispêndios dos ingressos, restaram sobra/lucro bruto de atos cooperativos no valor de R\$ 521.400,00 e em atos não cooperativos R\$ 38.345,00. No total as sobras/lucro bruto totalizaram um valor de R\$ 559.745,00.

Após o cálculo da sobra/lucro bruto, foi feito o cálculo do resultado operacional, abatendo os dispêndios/despesas e somando outros ingressos operacionais de atos cooperativos e não cooperativos.

O total dos ingressos/receitas (dispêndios/despesas) operacionais foi de R\$ 254.267,00 de saldo negativo, e atos não cooperativos no valor de R\$ 19.627 negativo, totalizando R\$ 273.894,00 de dispêndios e despesas. A cooperativa não teve perdas em participações societárias em atos cooperativos.

A cooperativa de exemplo ainda obteve outros ingressos/receitas financeiras no valor de R\$ 204.596,00 e ganhos em participações societárias no valor de R\$ 20.071,00, ambos através de atos cooperativos. Os dispêndios/despesas financeiras foram no valor de R\$ 121.782.

Com os atos não cooperativos os ingressos/receitas financeiras foram no valor de R\$ 12.084,00, ganhos em participações de R\$ 639,00, dispêndios/despesas no valor de R\$ 61.044 e perdas societárias de R\$ 2.501,00.

De acordo com o Art. 87 da Lei nº 5.764/71, os atos não cooperativos devem ser separados dos cooperativos para permitir o cálculo dos tributos. Sendo assim, os atos com não associados da cooperativa de exemplo sofreram incidência de CSLL e IR.

Em Notas Explicativas, a cooperativa de exemplo evidencia o cálculo dos impostos.

Imposto de renda e contribuição social diferido (14.402) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre bases de cálculo desses tributos sobre os ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, com base na identificação da operação realizada com não associados, ou quando não é possível, com base na proporção das operações realizadas com não cooperados. Sobre o resultado das operações realizadas com cooperados não incide Imposto de Renda e também são isentas de Contribuição Social. Para as operações com não cooperados incidem as alíquotas de 15% para Imposto de Renda, 10% para o adicional e 9% para Contribuição Social. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências

tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Cooperativa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. (Frísia, 2024).

O valor total dos impostos (CSLL e IRPJ) após o cálculo foi de R\$ 952,00.

As sobras/lucro líquido do exercício de 2024 da cooperativa em questão foram de R\$ 370.071,00 de sobras dos atos cooperativos e R\$ 31.151,00 de despesas dos atos não cooperativos. Desse modo, conclui-se que no exercício de 2024 a cooperativa de exemplo obteve sobras de R\$ 338.866,00.

6.3 DESTINAÇÃO DAS SOBRAS

Nesse demonstrativo, são apresentadas as destinações para a constituição de fundos obrigatórios, conforme estabelecido na Lei nº 5.764/71, bem como as sobras remanescentes à disposição para votação na AGO.

Figura 04: Demonstração das Sobras à Disposição da AGO

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	2024		2023	
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Total
SOBRA / LUCRO LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	370.017	(31.151)	338.866	229.446
Realização do FATES do exercício	6.652	-	6.652	6.697
BASE PARA AS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	376.670	(31.151)	345.518	236.143
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS				
Reserva Legal - 10% do Result. Ato Cooperativo	(37.667)	31.151	(6.516)	(26.363)
FATES - Resultado Ato Não Cooperativo	-	-	-	27.494
FATES - 5% do Resultado Ato Cooperativo	(18.833)	-	(18.833)	(13.182)
Total das Destinações Legais e Estatutárias	(56.500)	31.151	(25.349)	(12.051)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	320.169	-	320.169	224.092

Fonte: Frísia, 2024.

No exercício de 2024, a cooperativa obteve sobras líquidas de R\$ 370.017,00 dos atos cooperativos e um prejuízo de R\$ 31.151,00 nos atos não cooperativos, resultando em um valor de R\$ 338.866. O resultado positivo do ato cooperativo representa as operações realizadas entre a cooperativa e seus associados, enquanto o resultado negativo do ato não cooperativo refere-se às transações realizadas com terceiros.

A realização do FATES do exercício foi de R\$ 6.652, representando a utilização de recursos previamente constituídos no Fundo.

Após a realização do FATES, a base para as destinações legais e estatutárias totalizou R\$ 376.670,00 em atos cooperativos.

Após essas apurações, foram feitas as destinações obrigatórias, como Reserva Legal, que recebeu o valor de R\$ 37.667, equivalente a 10% das sobras líquidas dos atos cooperativos. Essa reserva é exigida pelo art. 28, inciso I, da Lei nº 5.764/1971, e tem por objetivo cobrir eventuais prejuízos e assegurar a estabilidade econômica da cooperativa em exercícios futuros.

Outra destinação obrigatória refere-se ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), que recebeu 5% do resultado dos atos cooperativos, totalizando R\$ 18.833. Esse fundo cumpre uma função social e educativa, conforme previsto em lei.

O total das destinações para o fundo foi de R\$ 56.500,00, abatendo o valor dos atos não cooperativos de R\$ 31.151,00. As destinações legais e estatutárias somaram R\$ 25.349. Após essas deduções, as sobras à disposição da AGO totalizaram R\$ 320.169,00, montante que será deliberado pelos cooperados em assembleia.

Observa-se que a cooperativa cumpriu rigorosamente todas as exigências legais e estatutárias, destinando corretamente os percentuais obrigatórios dos fundos e mantendo a transparência em suas demonstrações financeiras. O resultado do exercício de 2024 demonstra uma gestão eficiente da contabilidade, com foco no fortalecimento econômico e na promoção do desenvolvimento coletivo, reafirmando os princípios cooperativistas de gestão democrática, educação e intercooperação.

Abaixo, é apresentado um quadro-síntese representando as demonstrações contábeis de uma cooperativa e suas principais características.

Quadro 02: Demonstrações Contábeis em uma cooperativa

Demonstração	Característica
Balanço Patrimonial	Apresentação no final do exercício de 2024 do total dos ativos (Circulante e Não Circulante), dos passivos (Circulante e Não Circulante) e do Patrimônio Líquido da entidade.
Demonstração das Sobras ou Perdas	Na Demonstração de Sobras ou Perdas foram apresentadas as entradas e saídas de acordo com cada tipo de operação, se em Ato Cooperativo ou Ato Não Cooperativo
Demonstração das Sobras à Disposição da AGO	Na Demonstração das Sobras à Disposição da AGO foram apresentadas as destinações para a constituição de fundos obrigatórios e as sobras remanescentes à disposição para votação na AGO.

Fonte: Elaborado pelo autor

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral verificar a aplicação da contabilidade baseada na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica para Entidades Cooperativas (NBC T 10.8/2001), na correta mensuração dos atos cooperativos e não cooperativos e na gestão e destinação das sobras e perdas. Para isso, foram discutidos os fundamentos da contabilidade, sua evolução histórica, seus principais campos de atuação, a gestão empresarial e o processo de tomada de decisão pelo administrador, as particularidades da contabilidade aplicada às cooperativas, à luz da legislação cooperativista, das Normas Brasileiras de Contabilidade e de exemplos práticos extraídos das demonstrações contábeis de uma cooperativa real.

Inicialmente, verificou-se que a contabilidade, desde o seu surgimento, mostrou-se como instrumento essencial de interpretação, registro e controle do patrimônio, mantendo ao longo dos séculos sua principal função: fornecer informações relevantes para a tomada de decisões econômicas. Autores como Iudícibus, Crepaldi, Marion e Ribeiro sustentam que a contabilidade é uma ferramenta indispensável para a gestão das entidades, auxiliando os administradores na tomada de decisões.

No que diz respeito aos principais resultados sobre os campos da contabilidade, observou-se que cada área financeira, gerencial, de custos, fiscal, rural e pública contribui de maneira específica para o controle das entidades daquele segmento.

Em relação ao cooperativismo, o estudo mostrou que esse modelo de organização possui características próprias, como a adesão voluntária, a gestão democrática e a inexistência de finalidade lucrativa são alguns exemplos dessa especificidade. A legislação que trata da política cooperativista, a Lei nº 5.764/71, e a norma que estabelece critérios e procedimentos específicos para Entidades Cooperativas, a NBC T 10.8, foram verificadas, demonstrando sua relevância para a padronização, segurança e transparência da contabilidade nas cooperativas.

Outro ponto central da pesquisa foi a apresentação das demonstrações contábeis das cooperativas, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. A partir do exemplo apresentado, verificou-se que essas demonstrações evidenciam não

apenas a situação financeira da entidade, mas também o cumprimento dos princípios cooperativistas, como a segregação obrigatória dos atos cooperativos e não cooperativos, contribuindo para o cálculo de tributos e para a correta destinação das sobras.

Entre os principais resultados obtidos a partir desse estudo, destacam-se: a importância da classificação entre atos cooperativos e não cooperativos para garantir conformidade tributária e transparência nas demonstrações financeiras a partir da aplicação de práticas contábeis eficazes e padronizadas; a relevância da Demonstração de Sobras ou Perdas como instrumento de prestação de contas e participação democrática dos cooperados.

Os resultados aqui apresentados oferecem evidências de que a contabilidade é essencial para garantir a integridade, transparência das informações, conformidade com a lei e o apoio na tomada de decisões assertivas, que acarretam o desenvolvimento sustentável das cooperativas. Assim, este estudo contribuiu para gestores, cooperados, contadores e demais usuários ampliarem a compreensão sobre a importância da utilização da contabilidade para tratar de Entidades Cooperativas, mostrando que uma gestão contábil bem estruturada fortalece não apenas a entidade cooperativa, mas também a comunidade na qual ela está inserida.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros como a realização de pesquisas de campo envolvendo cooperativas locais sejam realizados, a fim de avaliar o nível de utilização da contabilidade como instrumento de gestão e seus impactos no desempenho organizacional.

REFERÊNCIAS

ADM FÁCIL. *Qual o campo de atuação da contabilidade: guia completo para entender suas possibilidades*. Disponível em: <<https://www.admfacil.com/qual-o-campo-de-atuacao-da-contabilidade/>> Acesso em: 22 jun. 2025.

ALVES, Aline. *Teoria da contabilidade*. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. ISBN 9788595022805. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595022805/>> Acesso em: 15 jun. 2025.

ARAUJO, Luiz Carlos de. *Contabilidade básica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>> Acesso em: 18 out. 2025.

BERNARDES, L. R. Agropecuário. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/anuario-ramos/agropecuario>> Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. *Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm> Acesso em: 27 out. 2025.

CARDOSO, José Celso; CARNEIRO, Ricardo. *Cooperação para o desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2009.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<https://cfc.org.br/>> Acesso em: 26 out. 2025.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2004*, de 24 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2004.pdf>> Acesso em: 26 out. 2025.

CREPALDI, Silvio A. *Contabilidade rural: com aplicações à pecuária e agricultura*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CREPALDI, Silvio A. *Curso básico de contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio A. *Contabilidade rural*. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597021639. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021639/>> Acesso em: 25 nov. 2025.

CREPALDI, Silvio A. *Contabilidade rural: uma abordagem decisoria*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. *Contabilidade gerencial: teoria e prática*. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597011654. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011654/>> Acesso em: 23 maio 2025.

FRÍSIA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. *Somos a primeira cooperativa de produção do Paraná*. Disponível em: <<https://www.frisia.coop.br/nossa-essencia.html#relatorios-anuais>> Acesso em: 9 nov. 2025.

GIL, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>> Acesso em: 5 nov. 2025.

HOLYOAKE, George Jacob. *Os 28 tecelões de Rochdale: história dos probos de Rochdale*. São Paulo: F. Alves, 1933.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agro 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>> Acesso em: 23 out. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 11. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597010879. Disponível em: <<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597010879/>> Acesso em: 26 set. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597028041. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028041/>> Acesso em: 5 nov. 2025.

MARION, José C. *Contabilidade rural: teoria e prática*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José C. *Introdução à contabilidade gerencial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. ISBN 9788547220891. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547220891/>> Acesso em: 23 maio 2025.

MARION, José C. *Contabilidade rural: agrícola, pecuária e imposto de renda*. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597018080. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018080/>> Acesso em: 17 jun. 2025.

NIYAMA, Jorge K. *Teoria da contabilidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597027792. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027792/>> Acesso em: 17 jun. 2025.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Anuário do cooperativismo. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/anuario/>> Acesso em: 27 out. 2025.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Cartilha Ramos do Cooperativismo. Sistema OCB, 2019b. Disponível em: <<https://api.somoscooperativismo.coop.br/portal/arquivopublicacao/arquivo/get/184>> Acesso em: 23 out. 2025.

PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. *Análise das demonstrações financeiras*. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação/Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. ISBN 9788522114689. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522114689/>> Acesso em: 25 nov. 2025.

PINHEIRO, Marcos Antônio H. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cartilha_cooperativas_credito.pdf> Acesso em: 23 out. 2025.

PISCITELLI, Roberto B. *Contabilidade pública*. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. ISBN 9788597021509. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021509/>> Acesso em: 22 jun. 2025.

POLONIO, Wilson A. *Manual das sociedades cooperativas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2004. E-book. ISBN 9788522472956. Disponível em: <<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522472956/>> Acesso em: 13 out. 2025.

RIBEIRO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. *Estudando a teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni M. *Contabilidade geral*. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547220815. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547220815/>> Acesso em: 1 jun. 2025.

RIBEIRO, Osni M. *Noções de demonstrações contábeis*. v. 3. Rio de Janeiro: Érica, 2020. E-book. ISBN 9788536532288. Disponível em: <<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536532288/>> Acesso em: 28 set. 2025.

SALOTTI, Bruno M.; LIMA, Gerlando A. S. F de; MURCIA, Fernando D.; et al. *Contabilidade Financeira*. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.35. ISBN 9788597022476. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022476/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SANTOS, Carlos Alberto dos; MARION, José C.; SEGATTI, Sandro. *Contabilidade aplicada ao agronegócio*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Fernando de A.; VEIGA, Windsor E. *Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. E-book. ISBN 9788522489114. Disponível em: <<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522489114/>> Acesso em: 29 set. 2025.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José C.; SEGATTI, Sonia. *Administração de custos na agropecuária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. E-book. ISBN 9788522478552. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522478552/>> Acesso em: 25 jun. 2025.

SEBRAE. *Cooperativismo tem tradição forte no Brasil*. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/cooperativismo-tem-tradicao-forte-no-brasil,b6663c89ce962810VgnVCM100000d701210aRCRD>> Acesso em: 20 maio 2025.



**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

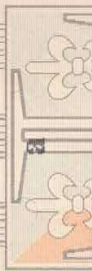
O Reitor da Universidade do Estado da Bahia,

no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão, em 13 de abril de 2013,

do Curso de Pedagogia - Licenciatura,

confere o título de

Licenciada em Pedagogia



Flávia Dias Cavalcanti

brasileira, natural do Estado da Bahia, nascida em 17 de abril de 1977, filha de

Afonso de Ligório Cavalcanti e Luzia Dias da Silva

e outorga-lhe o presente diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Salvador, 27 de agosto de 2014

Marilê Queiroz Guedes
Diretora do DCH IX

Flávia Dias Cavalcanti

Diplomada
RG 0750937538 SSP-BA

José Elites de Carvalho
Reitor



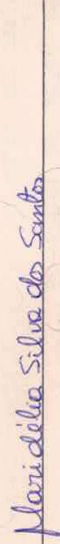
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 909
de 31/07/1995, publicada no D.O.U. de 01/08/1995

Registro nº 46136 Livro nº 00054 Folha nº 00130
Referente ao Curso de Pedagogia - Licenciatura
Reconhecido pelo Decreto Estadual nº 13660
publicado no D.O.E. de 04/02/2012

U.U. Departamento de Ciências Humanas do Campus IX
Barreiras - DCH IX

Salvador, 27 de agosto de 2014


José Bites de Carvalho
Reitor


Mariédia Silva dos Santos
Secretária Especial de Registro de Diplomas e Certificados

APOSTILAMENTO
UNEB / PROGRAD / SERD
O Portador deste Diploma Concluiu o Curso de LICENCIATURA
EM PEDAGOGIA - Pedagogia - Licenciatura.....
Barreiras - DCH IX..... com carga Horária
de 3185 horas (conforme Parecer do CEE-Ba nº 228/2011.)
Salvador, 27 de 08 de 2014

Secretária Especial de Registro de Diplomas

DECLARAÇÃO

Eu, **Flávia Dias Cavalcanti**, CPF 968.691.275-49, graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), declaro ter realizado a análise e correção ortográfica e gramatical da Monografia tendo como título: “**A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO DE SOBRAS E PERDAS NAS COOPERATIVAS**” da aluna **DJIANE VIANA DOS SANTOS LIMA**, CPF 077.189.325-67, matrícula n. 122210047, do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Por ser verdade firmamos o presente.

Barreiras-BA, 21 de novembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

FLAVIA DIAS CAVALCANTI

Data: 26/11/2025 00:59:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Flávia Dias Cavalcanti
Pedagoga